



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025

PROTOCOLO N.º 24.0.000000872-5

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública **CREDENCIAMENTO**, sob n.º **001/2025**, tendo por objeto a **contratação do serviço de coleta seletiva solidária**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente credenciamento selecionar associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para o recolhimento e a destinação de resíduos recicláveis descartados pelas unidades de Atendimento Central, Administração Central, Núcleos Especializados e Centro de Distribuição e Logística da Defensoria Pública do Estado do Paraná, localizados em Curitiba e Colombo.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste credenciamento está fixado em R\$11.628,36 (onze mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos), conforme tabela contida no Anexo I.

3.2. A indicação orçamentária, com lastro na emissão da nota de reserva orçamentária e a declaração do ordenador de despesas serão requeridas quando da geração da despesa, ao quantitativo da efetiva aquisição do objeto.

4. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

4.1. Os interessados deverão encaminhar o requerimento de credenciamento por mensagem eletrônica a partir do dia **25/09/2025**, para o e-mail compras@defensoria.pr.def.br.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste credenciamento exclusivamente cooperativas ou outras formas de associação de catadores e catadoras de materiais recicláveis e de produtos eletroeletrônicos, constituídas por pessoas físicas que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste edital, demonstrando que:

- a) é formalmente constituída por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;
- b) não possui fins lucrativos;
- c) possui sistema de rateio entre os associados e cooperados;
- d) possui infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;
- e) está regularmente cadastrada e habilitada no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR;
- f) possui licença dos órgãos ambientais competentes integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, conforme o art. 13, do Decreto n. 10.240, de 12 de fevereiro de 2020;

5.2. Não poderão participar do credenciamento associações ou cooperativas que estiverem enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1. Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, bem como art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

5.2.1.1. Para fins de participação neste credenciamento, a penalidade imposta com base no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 abrange os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, nos termos do inciso I, § 3º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG 03, de 26 de abril de 2018.

5.2.2. Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o Conselho da Justiça Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993;

6. DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

6.1. Deverá ser apresentado um requerimento de habilitação separado para cada lote do edital conforme os modelos do Anexo II (Lote 1 – Unidades de Curitiba) e Anexo III (Lote 2 – Unidade de Colombo), nos termos do item 4.1 desse edital.

6.2. Conforme modelos dos Anexos II e III, cada requerimento deverá ser apresentado, contendo a assinatura das pessoas responsáveis pela cooperativa ou associação, nas seguintes declarações:

- a) Declaração de que os associados ou os cooperados realizam rateio das receitas provenientes da venda dos materiais objeto desse edital, conforme art. 40, parágrafo único, inciso III, do Decreto 10.936, de 12 de janeiro de 2022;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- b) Declaração da respectiva associação ou cooperativa de que possui infraestrutura suficiente para promover a retirada dos materiais, bem como realizar a sua triagem/classificação, conforme art. 40, parágrafo único, inciso II, do Decreto 10.936, de 12 de janeiro de 2022;
- c) Declaração de parentesco, conforme art. 14, inciso IV, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;
- d) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme o disposto no inciso XXXIII do art 7º da Constituição Federal de 1988, no inciso VI do art. 68 da Lei n. 14.133/2021.
- 6.3. O requerimento e demais documentos deverão ser apresentados:
- a) digitados, preenchidos e assinados;
- b) sem emendas, rasuras, entrelinhas e/ou ambiguidades;
- c) em formato pdf único, com tamanho máximo de 20Mb. Caso o arquivo ultrapasse o limitador de 20Mb, o proponente poderá encaminhar mais de um pdf;
- d) na ordem do item 6.4 desse edital;
- e) preferencialmente em papel timbrado próprio da interessada, no qual deverão ser informados os dados que permitam a sua identificação, conforme modelo dos Anexos II e III.
- 6.4. O requerimento de credenciamento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos de habilitação:
- a) cópia do documento oficial de identidade e do cadastro de pessoas físicas - CPF do representante;
- b) cópia do estatuto ou contrato social em vigor da entidade (associação ou cooperativa), devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e das alterações ou da consolidação respectiva dos instrumentos constitutivos, quando houver, demonstrando que a entidade não possui fins lucrativos e é formalmente constituída por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda.
- c) cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.
- d) cópia do Certificado de Destinação Final - CDF, emitido pela associação ou cooperativa;
- e) cópia da Licença dos órgãos ambientais competentes integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, conforme o art. 13, do Decreto n. 10.240, de 12 de fevereiro de 2020.
- 6.5. A Comissão Especial de Credenciamento poderá realizar diligências para suprir eventuais falhas de documentação, devendo o interessado corrigir as falhas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.6. O requerimento vincula a proponente, sujeitando-a, integralmente, às condições deste edital.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

7. DA ANÁLISE DO REQUERIMENTO E DA HABILITAÇÃO

7.1. Os requerimentos e os documentos de habilitação serão avaliados por ordem de submissão (cronológica) de seu recebimento via e-mail, conforme item 4.1. deste Edital.

7.2. Os documentos de habilitação serão analisados pela Comissão Especial de Credenciamento, que poderá solicitar o auxílio do Comitê de Sustentabilidade da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

7.3. Será verificada a existência de registros impeditivos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento ao disposto no Acórdão TCU n. 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento habilita as associações ou cooperativas para a prestação dos serviços junto à Defensoria Pública do Estado do Paraná.

8.2. O credenciamento ficará permanentemente aberto a novos interessados que preencham os requisitos exigidos, observado prazo máximo de 10 (dez) anos, contados da publicação do Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas.

8.3. Para cada objeto do edital será feita uma lista de credenciadas que será publicada e mantida atualizada no portal da Defensoria Pública do Estado do Paraná, para cadastramento permanente de novos interessados, nos termos do art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei 14.133/2021.

8.4. As novas credenciadas serão acrescentadas à lista de credenciadas em vigor, pela ordem de submissão da documentação exigida.

8.5. A prestação dos serviços será realizada por turnos sucessivos, em que cada cooperativa e/ou associação credenciada executará a coleta por um período consecutivo de 6 (seis) meses, mediante assinatura de termo de contrato individual com a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

8.6. Considerando que a Defensoria Pública optou por não convocar todos os credenciados de forma simultânea, a ordem de convocação será definida por sorteio impessoal e aleatório, nos termos do art. 29, §3º, do Anexo X da Resolução DPG nº 375/2023, vedada a adoção de qualquer critério subjetivo.

8.6.1. O sorteio será realizado em sessão pública, em data e hora a serem divulgadas no portal da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

8.7. As entidades não convocadas inicialmente permanecerão em lista de espera, observando-se a ordem resultante do sorteio para futuras convocações.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

8.8. Após a convocação e esgotamento de todas as cooperativas e associações credenciadas, será reiniciada a lista conforme a ordem resultante do sorteio previsto no item 8.5.

8.9. A critério exclusivo da Defensoria Pública do Estado do Paraná, poderão ser credenciadas mais de uma cooperativa ou associação para execução simultânea dos serviços previstos em cada lote deste edital.

8.10. A soma dos prazos de vigência dos termos de contrato, em relação a cada item/lote do edital, não poderá ultrapassar o prazo máximo de 10 (dez) anos.

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. O presente credenciamento tem caráter precário.

9.2. A qualquer momento, a contratante ou a credenciada podem solicitar o descredenciamento, caso não haja mais interesse na prestação dos serviços por parte da credenciada, por descumprimento de qualquer obrigação prevista neste edital ou por oportunidade e conveniência da contratante.

9.3. A credenciada que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito encaminhado à Comissão Especial de Credenciamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme item 4.1. deste Edital, observando a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

9.4. Ocorrida a desistência, se houver outras associações ou cooperativas credenciadas, estas serão chamadas para executar o termo de contrato, na sequência da lista de credenciadas, pelo prazo necessário até a conclusão de novo processo de credenciamento.

9.5. A solicitação de descredenciamento, seja por parte da credenciada ou da contratante, não desobriga a credenciada de adimplir integralmente os serviços que eventualmente restem pendentes.

9.6. A credenciada ou a contratante podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância das normas fixadas neste edital ou na legislação pertinente.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnação deste edital, mediante petição a ser enviada à Comissão Especial de Credenciamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme item 4.1. desse Edital, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após sua publicação.

10.2. Caberá à Comissão Especial de Credenciamento responder o pedido de esclarecimento e decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, com o apoio técnico do Comitê de Sustentabilidade, quando necessário.

10.3. Acolhida a impugnação, será designada nova data para publicação com a



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

retificação deste instrumento.

11. DOS RECURSOS

11.1. Cabe recurso da decisão que habilitou ou inabilitou a interessada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "c" e § 2º da Lei n. 14.133/2021.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. O Defensor Público-Geral do Estado realizará a homologação da lista de credenciadas, após instrução da Comissão Especial de Credenciamento.

12.2. Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes neste edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados, sendo submetidos à homologação da Defensoria Pública-Geral do Estado.

13. DA FORMALIZAÇÃO

13.1. Após a homologação do credenciamento, iniciará a etapa de realização de visita técnica.

13.2. Como condição prévia para a assinatura do contrato, será realizada visita técnica à associação e/ou cooperativa, por, ao menos, três membros do Comitê de Sustentabilidade da Defensoria Pública do Estado do Paraná ou integrantes de setor específico da Defensoria Pública, a fim de avaliar:

- a) A infraestrutura de recolhimento, separação, pesagem e guarda dos materiais;
- b) A disponibilidade e uso de Equipamentos de Proteção Individual;
- c) Condições físicas ofertada aos cooperados ou associados;
- d) Estrutura administrativa da cooperativa ou associação.

13.3. Após a visita técnica, o Comitê de Sustentabilidade da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a partir do relatório confeccionado pelos servidores devidamente indicados, declarará a associação ou cooperativa apta ou inapta à contratação.

13.4. A Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios convocará a associação ou a cooperativa considerada apta, que deverá comparecer no prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o Termo de Contrato, que constitui o Anexo V, sob pena de decair ao direito de parceria.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A simples apresentação do Requerimento de Habilitação implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

14.2. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pelos custos da apresentação de documentos relativos a este edital.

14.3. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo X da Lei nº 14.133/2021, o

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

presente edital e requerimento da credenciada serão partes integrantes do termo de contrato que vier a ser firmado.

14.4. O presente edital de credenciamento não importa necessariamente em obrigatoriedade de firmar termo de contrato.

14.5. Consultas poderão ser formuladas à Comissão Especial de Credenciamento, através do canal de comunicação indicado no item 4.1. deste edital.

14.6. A participação das associações e cooperativas neste processo de habilitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.

14.7. A celebração de termo de contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a Defensoria Pública do Estado do Paraná e a cooperativa ou associação.

14.8. Aplicam-se ao presente edital a Lei n. 14.133/21, a Resolução DPG n.º 375/2023 e demais normas legais pertinentes.

14.9. Fica eleito o foro de Curitiba para dirimir quaisquer questões que decorram do presente instrumento, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, por força do art. 109 da Constituição Federal.

14.10. O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, no portal da Defensoria Pública do Estado do Paraná: www.defensoriapublica.pr.def.br.

14.11. O resultado do processo de credenciamento será publicado no portal da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná e no Portal Nacional de Compras Públicas.

14.12. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n. 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

15. DOS ANEXOS

15.1. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Requerimento de Habilitação – Lote 1 – Unidades de Curitiba;
- c) Anexo III – Modelo de Requerimento de Habilitação – Lote 2 – Unidade de Colombo;
- d) Anexo IV – Modelo de Relatório de Coleta;
- e) Anexo V – Minuta do Termo de Contrato;

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Selecionar associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para o recolhimento e a destinação de resíduos recicláveis descartados pelas unidades de Atendimento Central, Administração Central, Núcleos Especializados e Centro de Distribuição e Logística da Defensoria Pública do Estado do Paraná, localizados em Curitiba e Colombo.

1.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. A Defensoria Pública do Estado do Paraná está, atualmente, instalada em 27 (vinte e sete) municípios, abarcando todas as regiões do Estado. Em nenhuma de suas unidades de uso exclusivo há, atualmente, um programa de coleta seletiva. Nesse sentido, considera-se que a implementação de um programa de coleta seletiva solidária é um dos pilares para a construção de uma gestão ambientalmente responsável e para a promoção de uma cultura de sustentabilidade institucional. Por meio da coleta seletiva solidária é possível realizar o correto direcionamento de materiais recicláveis e ampliar a geração e distribuição de renda de catadores e catadoras organizados em cooperativas e associações.

1.2.2. Este projeto-piloto de coleta seletiva visa atender as unidades com maior produção potencial de resíduos. A presente contratação possibilitará a obtenção de dados sobre a produção de resíduos sólidos nas unidades contempladas, visto que não há histórico prévio de volume e peso desses resíduos. Dessa maneira, não será incluída expectativa de resíduos a serem coletados em cada unidade, mas, tão somente, informações sobre a população interna e, no caso do Centro de Distribuição e Logística (CDL), imagens acerca do volume e características dos materiais.

1.2.3. Com a presente contratação, objetiva-se aprimorar o nível de responsabilidade socioambiental da Defensoria Pública, fortalecendo a economia circular e as cooperativas e associação de catadores e catadoras.

1.2.4. Essa será a primeira contratação institucional para essa finalidade.

1.3. DESCRIÇÃO BÁSICA DO OBJETO

1.3.1. O objeto da presente contratação se resume da seguinte forma:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATASER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UN. MENSAL	VALOR TOTAL SEMESTRAL
1	1	Coleta seletiva solidária periódica nas unidades de Atendimento Central,	14265	Mensal	6	R\$ 631,00	R\$ 3.786,00

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

		Administração Central e Núcleos Especializados, em Curitiba.					
	2	Capacitação semestral em cada unidade atendida.		Semestral	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
TOTAL LOTE 01							R\$ 4.086,00
2	1	Coleta seletiva solidária periódica no Centro de Distribuição e Logística, em Colombo.	14265	Mensal	6	R\$ 238,03	R\$ 1.428,18
	2	Capacitação semestral na unidade atendida.		Semestral	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
TOTAL LOTE 02							R\$ 1.728,18
VALOR TOTAL GLOBAL SEMESTRAL							R\$ 5.814,18

1.3.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1.3.3. As coletas serão realizadas de acordo com a efetiva demanda, sendo, no mínimo, semanal e, no máximo, 2 (duas) vezes por semana.

1.3.4. Para o atendimento do passivo de materiais existentes no Centro de Distribuição e Logística, a periodicidade poderá ser superior, sob acordo entre as partes.

1.3.5. A quantidade das coletas não interfere no valor previsto para a presente contratação.

1.3.6. Para o Lote 1, os resíduos a serem coletados serão aqueles, majoritariamente, classificados pela NBR 10004 como de origem doméstica – Classe II B - Inertes (papeis, papelões, plásticos, vidros, metais, isopor);

1.3.7. Para o Lote 2, os resíduos a serem coletados serão aqueles classificados pela NBR 10004 como de origem doméstica – Classe II B - Inertes (papeis, papelões, plásticos, vidros, metais, isopor) e material eletroeletrônico para destinação de logística reversa;

1.3.8. A capacitação nas unidades referentes ao Lote 1 deverão ter duração de exposição, aproximada, de 1 (uma) hora, com o objetivo de sensibilizar e orientar os usuários internos acerca da preparação dos materiais a serem coletados.

1.3.9. A capacitação nas unidades referentes ao Lote 2 deverá ter duração de exposição, aproximada, de 3 (três) horas, com o objetivo de sensibilizar e orientar os usuários internos acerca da preparação dos materiais a serem coletados.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

2.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2024, sob o registro n.º 054/2024.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação ocorrerá por inexigibilidade de licitação, de acordo com o inciso IV do artigo 74 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, que dispõe sobre a inviabilidade de competição na contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

3.2. Será adotado o Credenciamento para a presente contratação dada a hipótese de execução paralela e não excludente por mais de uma cooperativa ou associação.

3.3. Diante da natureza e forma da contratação, não será autorizada a formação de consórcio e subcontratação do objeto.

3.4. Diante da natureza da contratação, não haverá a adoção do tratamento diferenciado.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. Diante da natureza do serviço a ser prestado e da forma de seleção e contratação, não será necessário:

4.1.1. Vistoria;

4.1.2. Amostras;

4.1.3. Comprovação de capacidade técnica.

4.2. Para a habilitação da CONTRATADA, é exigida:

4.2.1. Certidão ou registro de cadastramento e habilitação emitido pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR;

4.2.2. Licença dos órgãos ambientais competentes integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, conforme o art. 13, do Decreto n. 10.240, de 12 de fevereiro de 2020;

4.2.3. Cópia do estatuto ou contrato social em vigor da entidade (associação ou cooperativa), devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e das alterações ou da consolidação respectiva dos instrumentos constitutivos, quando houver, demonstrando que a entidade não possui fins lucrativos e é formalmente constituída por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda.

4.3. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:

4.3.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;

4.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

4.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

4.3.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;

4.3.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

5. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. A presente contratação será formalizada mediante Termo de Contrato.

5.2. O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, excluído o dia do termo final, contados da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR), prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O gestor e o fiscal do contrato serão designados pela Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios.

6.2. O fiscal do contrato e seu suplente serão designados de acordo com a indicação da Diretoria de Operações da Defensoria Pública do Estado do Paraná, enquanto órgão responsável pelo suprimento interno do serviço.

6.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica e serão expedidas pelo fiscal do contrato, pelo endereço eletrônico protocolo.geral@defensoria.pr.def.br.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Responsabilizar-se pelo recolhimento periódico dos resíduos recicláveis disponibilizados pela DPE/PR e por sua correta destinação após o recolhimento.

7.2. Dar destinação social aos recursos oriundos da comercialização dos resíduos recicláveis e a ela destinados, promovendo o desenvolvimento social da entidade e de seus associados ou cooperados.

7.3. Utilizar equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública, sendo responsabilidade dos órgãos responsáveis verificar o cumprimento do aqui disposto.

7.4. Comunicar, imediatamente e por escrito, ao órgão responsável, a ocorrência de anormalidades no cumprimento rotineiro das obrigações do Termo de Contrato.

7.5. Disponibilizar os recursos humanos e materiais considerados indispensáveis ao cumprimento do Termo de Contrato, observados os procedimentos legais e regulamentares pertinentes.

7.6. Recolher os resíduos por integrantes da associação ou cooperativa, que deverão estar sempre identificados, uniformizados e utilizando os equipamentos de proteção individual apropriados, devendo ser substituído, imediatamente, qualquer integrante que estiver em desacordo com as orientações do órgão responsável.

7.7. Os integrantes da associação ou cooperativa que estiverem envolvidos na tarefa de recolhimento dos resíduos não poderão estar acompanhados de crianças ou demais pessoas estranhas ao serviço.

7.8. O horário de recolhimento dos resíduos será estabelecido pela Diretoria de Operações.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- 7.9. Fornecer listagem com o nome e número de identificação dos associados ou cooperados que farão recolhimento do lixo seco, informando quaisquer alterações na listagem.
- 7.10. Realizar a coleta dos resíduos em veículos automotores próprios ou alugados, por suas expensas, devidamente identificado observando-se as orientações do órgão responsável quanto ao estacionamento adequado do veículo, recolhimento correto dos resíduos e permanecer no local apenas o tempo necessário para realizar a coleta de forma responsável e eficiente.
- 7.11. Apresentar mensalmente à Defensoria Pública do Estado do Paraná a prestação de contas, detalhando os valores arrecadados e a forma de aplicação dos recursos no desenvolvimento social da associação/cooperativa e de seus associados/cooperados.
- 7.12. Durante a execução do Termo de Contrato, a associação ou cooperativa só poderá deixar de atender a notificação para a realização da coleta dos resíduos recicláveis por até 3 (três) vezes, ao mês, alternada ou consecutivamente, sob pena da aplicação das sanções previstas neste instrumento.
- 7.13. Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre este Termo de Contrato.
- 7.14. A Defensoria Pública do Estado do Paraná não se responsabiliza por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela cooperativa ou associação ou seus associados/cooperados na coleta ou no transporte do material doado.
- 7.15. Não permitir a participação de terceiros não cooperados ou associados na execução do objeto, ainda que a título gratuito.
- 7.16. Registrar o peso do material doado em planilha específica, informando-o à Defensoria Pública.
- 7.17. Zelar pelo asseio e organização no processo de recebimento e transporte do material reciclável, da coleta nas unidades da Defensoria Pública até a entrega para a empresa de reciclagem.
- 7.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos a terceiros e ao patrimônio da Defensoria Pública decorrentes da conduta dos cooperados ou associados nas dependências do órgão.
- 7.19. Não utilizar o material doado pela Defensoria Pública em finalidade distinta da estabelecida.
- 7.20. Não divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Efetuar a coleta seletiva interna do material reciclável, evitando sua disposição como rejeito.
- 8.2. Acondicionar o material reciclável não tóxico em recipientes adequados de acordo com as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA,

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

protegido contra intempéries e ações de degradação, até que seja coletado pela cooperativa ou associação.

8.3. Solicitar a qualquer tempo informações acerca da correta destinação dos resíduos recicláveis, inclusive sobre a prestação de contas, com detalhamento de valores e forma de aplicação dos recursos, bem como da documentação referente a contratos/compromissos e/ou parcerias firmados com entidades privadas, associações ou cooperativas, devidamente legalizadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades sociais ou de caráter beneficente.

8.4. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos;

8.5. Proporcionar todas as condições necessárias, para que a CONTRATADA possa cumprir o estabelecido na avença;

8.6. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, além daquelas que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

8.7. Fornecer os meios necessários à execução dos serviços objeto do contrato pela CONTRATADA;

8.8. Garantir o acesso e a permanência dos cooperados ou associados da CONTRATADA nas dependências da Defensoria Pública durante a execução dos serviços;

8.9. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato e na legislação aplicável.

8.10. Aplicar à CONTRATADA as penalidades cabíveis.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. A execução do objeto da presente contratação terá início após a publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

9.2. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios informará a CONTRATADA sobre o início da vigência contratual, e a Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios fornecerá os dados de contato do Gestor e do Fiscal do Contrato, que serão responsáveis por acompanhar a execução das entregas relacionadas ao objeto contratado.

9.3. A Diretoria de Operações da Defensoria Pública, por meio dos seus órgãos e do fiscal de contrato designado, antes do início efetivo da execução contratual, contatará a CONTRATADA para estabelecer os parâmetros da execução do serviço.

9.4. Em até 30 (trinta) dias após o início da vigência contratual, a CONTRATADA deverá realizar a capacitação para sensibilização e orientação técnica quanto à preparação dos materiais em cada unidade.

9.5. A periodicidade de coleta será estabelecida entre a Diretoria de Operações e a contratada, observando-se o item 1.3.3.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.6. As coletas deverão ser realizadas de segunda-feira à sexta-feira, em data e horário estabelecidos pela Diretoria de Operações, conforme planejamento logístico unificado, considerando, sempre que possível, as particularidades operacionais de cada sede.

9.7. Os endereços para a coleta seletiva são os seguintes:

LOTE	SEDE	ENDEREÇO
1	Atendimento Central	Rua José Bonifácio, 66, Centro, Curitiba, Paraná.
	Administração Central	Rua Mateus Leme, 1.908, Centro Cívico, Curitiba, Paraná.
	Núcleos Especializados	Rua Benjamin Lins, 779, Batel, Curitiba, Paraná.
2	Centro de Distribuição e Logística	Av. São Gabriel, 433/481, Roça Grande, Colombo, Paraná.

9.8. O recebimento do objeto observará os seguintes procedimentos e prazos:

9.8.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal, caso se verifique que o objeto entregue atende a todos os itens de especificações técnicas estabelecidos no Termo de Referência no presente procedimento, mediante termo circunstanciado, no prazo limite de até 5 (cinco) dias corridos da comunicação escrita da CONTRATADA quanto a liberação dos serviços, acompanhada do respectivo documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação aplicável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

9.8.2. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato em até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório.

9.8.3. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento pela CONTRATADA de todas as suas obrigações assumidas, dentre as quais se incluem a apresentação dos documentos pertinentes, conforme descrito anteriormente.

9.8.4. Na ocorrência de se verificar alguma inconsistência nos documentos enviados pela CONTRATADA, o prazo de recebimento será interrompido e recomeçará a contar do zero a partir da regularização da pendência.

9.8.5. Os recebimentos provisório ou definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução/prestação do objeto.

9.8.6. O objeto prestado será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência, salvo se de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.9. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir o objeto que apresentar quaisquer divergências com as condições estipuladas, bem como realizar possíveis adequações necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA, caso incorra em infrações cometidas durante o procedimento de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

A CONTRATADA deverá cumprir os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados, conforme Apêndice D.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE/PR quaisquer custos adicionais.

12.2. Para efeitos de faturamento e pagamento, a medição dos serviços prestados será mensal.

12.3. Observadas as etapas de execução, o quantitativo e o preço, bem como o recebimento definitivo do objeto, os pagamentos observarão a ordem cronológica, que serão efetuados na forma de depósito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 15 (quinze) dias do recebimento definitivo do objeto.

12.4. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ;

12.5. Para a liberação do pagamento, o gestor do contrato encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Coordenadoria de Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.6. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

12.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.8. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

12.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE/PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-DI/FGV.

12.10. A Coordenadoria de Finanças fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.11. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à contratada quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

13. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DO REAJUSTE DO VALOR FIXADO NO CREDENCIAMENTO

13.1. Os preços fixados neste credenciamento são irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de 19/05/2025 a 19/05/2026.

13.2. Os preços fixados neste credenciamento serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação da variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

13.2.1. Os valores resultantes de reajuste terão efetiva aplicação somente nos Termos de Contrato que se iniciarem após o reajuste, não incidindo em contratos em andamento, uma vez limitados a seis meses de duração.

13.2.2. Os valores resultantes de reajuste terão, sempre, no máximo, quatro casas decimais.

13.3. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, deve ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. O CONTRATADO deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

15.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

15.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

15.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

15.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

15.1.5. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

15.1.6. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009;

15.1.7. Observar a legislação aplicável para a operacionalização do objeto desta contratação.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG nº 375/2023 e anexos (Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos), Deliberação CSDP nº 043, de 04 de dezembro de 2023 (Disciplina a aplicação de sanções administrativas e cobrança de débitos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná) ou a que vier a substituí-la, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPG no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), bem como demais normas federais, e subsidiariamente, as normas e princípios gerais dos contratos.

16.2. Aplicam-se, ainda, a seguinte legislação específica, dentre outras:

16.2.1. Lei Federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;

16.2.2. Decreto Federal n.º 11.414, de 13 de fevereiro de 2023, que institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis;

16.2.3. Decreto Federal n.º 11.300, de 21 de dezembro de 2022, que institui o sistema de logística reversa de embalagens de vidro;

16.2.4. Decreto Federal n.º 11.043, de 13 de abril de 2022, que aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

16.2.5. Decreto Federal n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei Federal n.º 12.305/2010;

16.2.6. Decreto Federal n.º 10.240, de 12 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico;

16.2.7. Norma Regulamentadora n.º 06, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

16.2.8. Norma Regulamentadora n.º 38, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para garantir as condições de segurança e saúde dos trabalhadores nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

16.2.9. Resolução CONAMA n.º 275, de 25 de abril de 2001, que estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos;

16.2.10. Lei Estadual n.º 20.607, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos;

16.2.11. Lei Estadual n.º 12.493, de 22 de janeiro de 1999, que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná;

16.2.12. Lei Municipal de Curitiba n.º 15.852, de 1º de julho de 2021, que dispõe sobre a política municipal de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências;

16.2.13. Lei Municipal de Curitiba n.º 7.833, de 19 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos no município de Curitiba.

16.2.14. Decreto Municipal de Curitiba n.º 1.753, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos no município de Curitiba;

16.2.15. Decreto Municipal de Curitiba n.º 983, de 26 de outubro de 2004, que regulamenta os artigos 12, 21 e 22 da Lei Municipal n.º 7.833/91.

16.3. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

17. FORO

17.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

APÊNDICE A DO TERMO DE REFERÊNCIA**LISTA DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CURITIBA HABILITADAS NO SINIR E/OU ECOCIDADÃO**

SINIR	ECOCI-D ADÃO	NOME DA ENTIDADE	ENDEREÇO	DISTÂNCIA ATÉ A SEDE DE ATENDIMENTO CENTRAL
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Eco Recicla Ambiental	Rua Lamenha Lins 3391, Parolin	5,0
X	-	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis - Katrar Reciclando para o Futuro	Rua Professor Plácido e Silva 819, Parolin	5,4
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Cidade Mais Limpa	Rua Manoel Martins de Abreu 670, Prado Velho	4,4
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Corbelia	Rua Victor Grycajuk 121, São Miguel	15,7
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba -Mutirão	Rua Everly Terezinha Pipcak Luqueta 118, Sítio Cercado	17,5
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Parolin	Rua Eugênio Parolin 803, Parolin	4,8

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Eco Frank	Rua Zulmira Bacila 565, Uberaba	10,2
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Eco Par	Rua Lamenha Lins 3471, Parolin	5,1
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Futuro Ecológico	Rua Augusto Dias Paredes 314, Boqueirão	10,9
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Graciosa - ACAT Graciosa	Rua Coronel Luiz José dos Santos 275, Boqueirão	9,3
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Livre	Avenida Senador Salgado Filho 7385, Uberaba	11,9
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Amanhecer	Rua Luiz Valenza 163, Cidade Industrial	12,7
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Taxi Arexi	Rua Manoel Hygino dos Santos 24, Guaíra	5,6
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Terra Santa	Rua Alberto Cominese 125, Tatuquara	20,0
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Vida Nova	Rua Anton Tchekov 93, Capão Raso	10,5
X	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Visando Futuro	Rua Embaixador Hipólito de Araújo 576, Prado Velho	3,9

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

X	X	Associação de Catadores de Materias Recicláveis Vitória	Rua Barão de Santo Ângelo 61, Xaxim	11,4
X	X	Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis Cata Curitiba	Rua Imaculada Conceição 690, Prado Velho	3,8
X	X	Associação de Materiais Recicláveis Recicla Curitiba	Rua Cezinando Dias Paredes 1451, Boqueirão	11,9
X	X	Associação de Recicladores Mosteiro	Rua Moisés Ferreira 100, Pinheirinho	14,5
X	X	Associação de Recicladores Relix	Avenida Florianópolis 2316, Cajuru	9,9
X	X	Associação de Recicladores Santos	Rua Lamenha Lins 3589, parolin	5,2
X	X	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis - Unidos do Bairro	Rua Ludovico Zanier 319, Cidade Industrial	12,8
X	X	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Automotores - ACA	Rua Alagoas 1561, Guaíra	5,7
X	-	Cooperar - Cooperativa de Trabalho dos Recicladores da Cidade de Curitiba - Paraná	Rua Baldur Magnus Grubba 2342, Novo Mundo	9,8
X	X	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Reciclar é Viver	Rua O Brasil para Cristo 740, Boqueirão	8,9

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

X	X	Cooperativa de Catadores e Catadores de Material Recicláveis de Curitiba e Região Metropolitana Catamare	Rua Salvador Ferrante 256, Boqueirão	9,7
X	X	Cooperativa de Trabalho, Solidaria e Popular - Rede de Transformação e Beneficiamento de Materiais de Recicláveis - Rede Cataparana	Rua Salvador Ferrante 310, Boqueirão	9,7
X	X	Mundo da Reciclagem - Associação de Catadores Materiais Recicláveis	Rua Professor José Farâni Mansur Guérios 310, Parolin	5,6
X	X	Recicapanema - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	Rua Esperandio Domingos Foggiatto 184, Prado Velho	4,6
X	X	Reciclemais Curitiba DJES Associação de Catadores e Recicladores de Curitiba e Região Metropolitana	Rua Professor José Farâni Mansur Guérios 234, Parolin	5,6
X	X	Recitorres - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	Rua Esperandio Domingos Foggiatto 216, Prado Velho	4,6
X	X	Três Rs Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	Rua das Carmelitas 3818, Boqueirão	10,5
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Parceiros do Meio Ambiente - Acampa	AV.JUSCLINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 7161 - CIC	13,7
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Fazenda Solidariedade - Acarfs	R.MAURO MEDEIROS DAMAS,333 CAMPO MAGRO	21,1

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Água Nascente	RUA MAESTRO CARLOS FRANK, 704 BOQUEIRÃO	11,5
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Amigos da Natureza	RUA O BRASIL PARA CRISTO, 751 - BOQUEIRÃO	9,3
-	X	Cooperare - Cooperativa de Trabalho Reciclagem e Valorização Social	RUA SANTA LÚCIA, 860 - CAJURU	11,4
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis - Curitiba Mais Limpa	RUA ÁVARO MARAVALHAS, 530 - CIC	12,8
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Itaquí	RUA DELEGADO BRUNO DE ALMEIDA, 3704	22,5
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Jandaia	RUA JORNALISTA JOSÉ PEDRO DOS SANTOS, 839	16,9
-	X	Associação de Recicladores Mundo Verde	R.PROF. JOSÉ FARINE MANSUR GUERIOS, 413 - PAROLIN	5,6
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Horizonte	RUA CELESTE SENEGAGLIA, 25 - CIC	12,8
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Pantanal	RUA WALDOMIRO CORREA MATOS, 201	12,8

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Reciclart	RUA JOÃO SUISSIATO, 880 - SANTA QUITÉRIA	7,8
-	X	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Reciplastic	RUA GASTÃO POPLADE, 500	4,9
-	X	Associação de Recicladores Tempo de Viver	RUA DAISY LUCI BERNO, 570 - PAROLIN	5,6
DATA-BASE: 28/04/25		DISTÂNCIA MÉDIA ENTRE AS ENTIDADES E A SEDE DE ATENDIMENTO CENTRAL		9,9

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ*Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380***EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025** – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

APÊNDICE B DO TERMO DE REFERÊNCIA**LISTA DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE COLOMBO HABILITADAS NO SINIR**

SINIR	NOME	ENDEREÇO DA ENTIDADE	DISTÂNCIA ATÉ O CDL (km)
X	Associação dos Reciccladores Emanuel	Rua Francisco D'Agostin 106, Monza, Colombo, Paraná.	1,8
X	ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES SANTA TEREZA	Rua do Quivi 73, Arruda, Colombo, Paraná.	8,9
X	Associação dos Trabalhadores na Separação de Resíduos Recicláveis de Colombo - Resol	Rua do Ipê 03, São Dimas, Colombo, Paraná.	9,8
DATA-BA SE: 28/04/2 5	DISTÂNCIA MÉDIA ENTRE AS ENTIDADES E A SEDE DE ATENDIMENTO CENTRAL		6,8

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

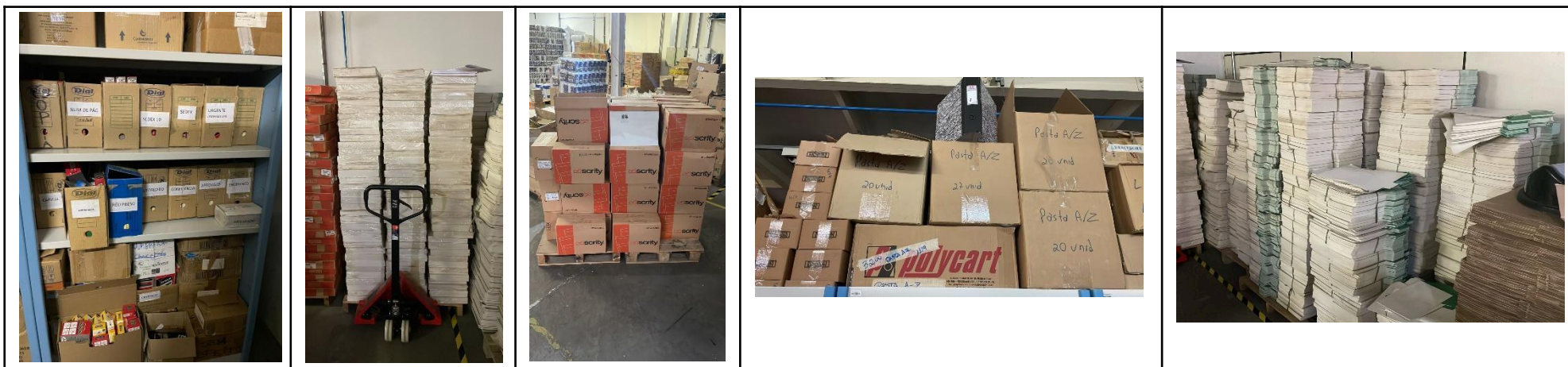
Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

APÊNDICE C DO TERMO DE REFERÊNCIA

IMAGENS ILUSTRATIVAS DO VOLUME E CARACTERÍSTICAS DO MATERIAIS A SEREM RECOLHIDOS DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA, EM COLOMBO

Materiais de escritório



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Materiais eletroeletrônicos



Sucata e bens inservíveis

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

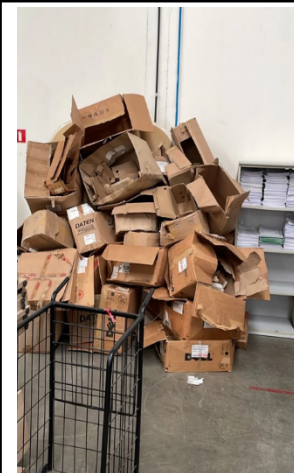


DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

APÊNDICE D DO TERMO DE REFERÊNCIA

INDICADOR 01	
Apresentação do relatório de volumetria/pesagem dos materiais recolhidos.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que a Defensoria Pública crie um histórico de dados relativos aos resíduos recicláveis gerados nas suas unidades, de forma a acompanhar e aprimorar as campanhas de redução e não geração desses materiais, bem como futuras contratações.
Meta a cumprir	Apresentar o relatório de pesagem/volumetria até 15 dias após a coleta.
Instrumento de medição	Relatório de pesagem/volumetria.
Forma de acompanhamento	Análise e processamento das informações pela Diretoria de Operações.
Periodicidade	Semanal.
Mecanismo de cálculo	Não apresentação do relatório ou apresentação com dados insuficientes.
Início da vigência	A partir da celebração do Termo de Compromisso.
Faixas de ajuste no pagamento	Não haverá ajuste no pagamento.
Sanções	Caso a cooperativa ou associação não apresente 3 (três) ou mais relatórios de volumetria/pesagem, os pagamentos mensais serão retidos. Caso a cooperativa ou associação não apresente 6 (seis) ou mais relatórios de volumetria/pesagem, deverá haver o seu descredenciamento, após o devido processo legal.
Observações	N/A.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

INDICADOR 02

Apresentação do relatório de rateio entre os(as) cooperados(as) ou associados(as)

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que o sistema de rateio da cooperativa ou associação está sendo executado de forma adequada, favorecendo, igualmente, todos(as) os(as) cooperados(as) ou associados(as).
Meta a cumprir	Apresentar o relatório de rateio das receitas provenientes dos materiais coletados nas unidades da DPE/PR, bem como da remuneração prevista para a prestação do serviço de coleta seletiva cidadã.
Instrumento de medição	Relatório de rateio das receitas.
Forma de acompanhamento	Análise dos relatórios pela fiscalização do Termo de Compromisso.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Não apresentação do relatório ou apresentação com dados insuficientes.
Início da vigência	A partir da celebração do Termo de Compromisso.
Faixas de ajuste no pagamento	Não haverá ajuste no pagamento.
Sanções	Caso a cooperativa ou associação não apresente o relatório de rateio ou o apresente de maneira incompleta, o pagamento deverá ser retido até a regularização. Em caso de cumulação de dois meses sem a apresentação do relatório de rateio das receitas, a cooperativa ou associação deverá ser descredenciada, observado o devido processo legal.
Observações	N/A.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

INDICADOR 03

Ausência de registro de movimentação do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os resíduos gerados pela DPE/PR e coletados pelas cooperativas e associações foram devidamente movimentados no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR.
Meta a cumprir	Registrar todas as movimentações relativas aos resíduos sólidos recicláveis gerados pela DPE/PR.
Instrumento de medição	Análise no SINIR
Forma de acompanhamento	Análise amostral no SINIR, a fim de conferir se os MTRs gerados pela DPE/PR foram movimentados até a destinação final dos resíduos.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Ausência de movimentações.
Início da vigência	A partir da celebração do Termo de Compromisso.
Faixas de ajuste no pagamento	Não haverá ajuste no pagamento.
Sanções	Caso se constate a ausência de movimentação e registros em 04 ou mais MTRs gerados pela DPE/PR, os pagamentos deverão ser retidos até a regularização. Caso se constate ausência de movimentação e registro em 08 (oito) ou mais MTRs, a cooperativa ou associação deverá ser descredenciada, observado o devido processo legal.
Observações	N/A.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II
MODELO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO
LOTE 1 – UNIDADES DE CURITIBA

**REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO PARA O LOTE 1 DO EDITAL DE
CREDENCIAMENTO Nº 001/2025, DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARANÁ**

À Comissão Especial de Credenciamento, a (nome da Associação ou Cooperativa), inscrita no CNPJ sob o n. _____, sediada na _____, CEP _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____, e do Cadastro Nacional de Pessoa Física n. _____ residente e domiciliado na _____, telefone número _____, celular número _____, endereço eletrônico _____, vem requerer a sua habilitação no Edital n. 01/2024, com vistas à coleta seletiva solidária dos resíduos produzidos nas unidades de Atendimento Central, Administração Central e Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Paraná, localizadas em Curitiba/PR, motivo pelo qual apresenta as seguintes informações e documentos:

1. Cópia do documento oficial de identidade e cadastro de pessoas físicas – CPF do representante;
2. Cópia do estatuto ou contrato social em vigor da entidade (associação ou cooperativa), devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e das alterações ou da consolidação respectiva dos instrumentos constitutivos, quando houver;
 - 2.1. O estatuto ou contrato social deverá demonstrar que a entidade não possui fins lucrativos e é formalmente constituída por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que têm a catação como única fonte de renda.
3. Cópia da Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
4. Cópia do documento de identidade do representante;
5. Cópia do Certificado de Destinação Final - CDF, emitido pela associação ou cooperativa;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

6. Certidão ou registro de cadastramento e habilitação emitido pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR;
7. Cópia da Licença dos órgãos ambientais competentes integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, conforme o art. 13, do Decreto n. 10.240, de 12 de fevereiro de 2020.

Declaro, ainda:

1. que os associados e cooperados dividem por rateio, entre si, as receitas provenientes da venda dos resíduos coletados nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
2. que a entidade possui infraestrutura e capacidade suficientes, a quais serão corroboradas por visita técnica, nos termos do item 13. do Edital de Credenciamento n.º 001/2025;
3. que a entidade prestará os serviços de coleta de resíduos de acordo com as especificações, bem como que se responsabilizará pela atualização dos documentos necessários à prestação dos serviços;
4. que, durante a vigência do Termo de Contrato, não serão alocados empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, bem como de membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
5. para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal 1988, e no inciso VI do art. 68 da Lei n.14.133/2021 não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Nestes termos pede deferimento:

NOME DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA:

CNPJ:

CIDADE E DATA:

NOME E ASSINATURA

Cargo ocupado na associação/cooperativa

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO III
MODELO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO
LOTE 1 – UNIDADES DE COLOMBO

**REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO PARA O LOTE 2 DO EDITAL DE
CREDENCIAMENTO Nº 001/2025, DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARANÁ**

À Comissão Especial de Credenciamento, a (nome da Associação ou Cooperativa), inscrita no CNPJ sob o n. _____, sediada na _____, CEP _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____, e do Cadastro Nacional de Pessoa Física n. _____ residente e domiciliado na _____, telefone número _____, celular número _____, endereço eletrônico _____, vem requerer a sua habilitação no Edital n. 01/2024, com vistas à coleta seletiva solidária dos resíduos alocados no Centro de Distribuição e Logística da Defensoria Pública do Estado do Paraná, localizado em Colombo/PR, motivo pelo qual apresenta as seguintes informações e documentos:

1. Cópia do documento oficial de identidade e cadastro de pessoas físicas – CPF do representante;
2. Cópia do estatuto ou contrato social em vigor da entidade (associação ou cooperativa), devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e das alterações ou da consolidação respectiva dos instrumentos constitutivos, quando houver;
 - 2.1. O estatuto ou contrato social deverá demonstrar que a entidade não possui fins lucrativos e é formalmente constituída por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que têm a catação como única fonte de renda.
3. Cópia da Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
4. Cópia do documento de identidade do representante;
5. Cópia do Certificado de Destinação Final - CDF, emitido pela associação ou cooperativa;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

6. Certidão ou registro de cadastramento e habilitação emitido pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR;
7. Cópia da Licença dos órgãos ambientais competentes integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, conforme o art. 13, do Decreto n. 10.240, de 12 de fevereiro de 2020.

Declaro, ainda:

1. que os associados e cooperados dividem por rateio, entre si, as receitas provenientes da venda dos resíduos coletados nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
2. que a entidade possui infraestrutura e capacidade suficientes, a quais serão corroboradas por visita técnica, nos termos do item 13 do Edital de Credenciamento n.º 001/2025;
3. que a entidade prestará os serviços de coleta de resíduos de acordo com as especificações, bem como que se responsabilizará pela atualização dos documentos necessários à prestação dos serviços;
4. que, durante a vigência do Termo de Contrato, não serão alocados empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, bem como de membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
5. para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal 1988, e no inciso VI do art. 68 da Lei n.14.133/2021 não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Nestes termos pede deferimento:

NOME DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA:

CNPJ:

CIDADE E DATA:

NOME E ASSINATURA

Cargo ocupado na associação/cooperativa

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO IV
MODELO DE RELATÓRIO DE COLETA

NOME DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO

Relatório do material coletado nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná

Unidade da Defensoria Pública:

Data de retirada:

Pessoa responsável pela entrega dos materiais:

Pessoa responsável pela coleta dos materiais:

CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS		PESO (KG)
1	Papel e papelão	
2	Plástico	
3	Vidro	
4	Metais	
5	Eletroeletrônicos	
6	Outros	
TOTAL		

Observações:

Cidade, data do relatório.

NOME E ASSINATURA DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

Processo nº XXXXXX

CONTRATO N.º XXX/202X

(V2. 04/07/2025)

Termo de Contrato nº 00X/202X que fazem entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA] para prestação de serviços de coleta de materiais recicláveis.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE/PR), órgão público estadual independente, inscrita no CNPJ sob o nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.***.***-2, inscrito no CPF sob o nº 360.***.***-65, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], inscrita no CNPJ sob o nº [XXXXXX], sediada na [Endereço], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por [seu/sua sócio/a OU representante legal], [NOME COMPLETO], inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.***.***-XX, conforme [ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos], resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 01/2025 (Protocolo nº 24.0.000000872-5), cuja homologação foi realizada na data de [XX/XX/202X] e publicada no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná nº [XX], de [XX/XX/202X], em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Contrato consiste no credenciamento de associações e cooperativas para coleta de materiais recicláveis produzidos nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná de Atendimento Central, Administração Central e Núcleos Especializados, todas localizadas em Curitiba/PR, conforme Lote 1 do Edital de Credenciamento n.º 001/2025.

1.2. Detalhamento do objeto da contratação:

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATASER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UN. MENSAL	VALOR TOTAL SEMESTRAL
1	1	Coleta seletiva solidária periódica nas unidades de Atendimento Central, Administração Central e Núcleos Especializados, em Curitiba.	14265	Mensal	6	R\$ 631,00	R\$ 3.786,00
	2	Capacitação semestral em cada unidade atendida.		Semestral	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
TOTAL DO LOTE 01							R\$ 4.086,00

1.3. Vinculam esta contratação, independente de transcrição:**1.3.1. O Termo de Referência;****1.3.2. O Edital de Credenciamento;****1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.****OU**

1.1. O objeto deste Termo de Contrato consiste no credenciamento de associações e cooperativas para coleta de materiais recicláveis produzidos no Centro de Distribuição e Logística, localizado em Colombo/PR, conforme Lote 2 do Edital de Credenciamento n.º 001/2025.

1.2. Detalhamento do objeto da contratação:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATASER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UN. MENSAL	VALOR TOTAL SEMESTRAL
2	1	Coleta seletiva solidária periódica no Centro de Distribuição e Logística, em Colombo.	14265	Mensal	6	R\$ 238,03	R\$ 1.428,18
	2	Capacitação semestral na unidade atendida.		Semestral	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
TOTAL DO LOTE 02							R\$ 1.728,18

1.3. Vinculam esta contratação, independente de transcrição:**1.3.1. O Termo de Referência;****1.3.2. O Edital de Credenciamento;****DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, que faz parte deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DETALHAMENTO, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

3.1. A periodicidade de coleta será estabelecida entre a Diretoria de Operações e a contratada, observando-se os itens 1.3.3. e 1.3.4. do Termo de Referência.

3.2. As coletas deverão ser realizadas de segunda-feira à sexta-feira, em horário estabelecido com a Diretoria de Operações.

3.3. A quantidade das coletas não interfere no valor previsto para a presente contratação.

3.4. Os endereços para a coleta seletiva são os seguintes:

LOTE	SEDE	ENDEREÇO
1	Atendimento Central	Rua José Bonifácio, 66, Centro, Curitiba, Paraná.
	Administração Central	Rua Mateus Leme, 1.908, Centro Cívico, Curitiba, Paraná.
	Núcleos Especializados	Rua Benjamin Lins, 779, Batel, Curitiba, Paraná.

OU

3.4. Os endereços para a coleta seletiva são os seguintes:

LOTE	SEDE	ENDEREÇO
2	Centro de Distribuição e Logística	Av. São Gabriel, 433/481, Roça Grande, Colombo, Paraná.

3.5. As demais condições relacionadas ao detalhamento, especificações e as condições de prestação do serviço estão descritos no Termo de Referência, que é parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR), prorrogável na forma do artigo 83, Inciso II, da Resolução DPG 375/2023 da DPE/PR e dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1. A prorrogação do presente Termo de Contrato só será admitida no caso de inexistência de outra cooperativa ou associação credenciada e interessada na

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

execução do presente objeto, conforme resultado **e regras** do Edital do Credenciamento n.º 001/2025.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de **R\$ 4.086,00 (quatro mil e oitenta e seis reais)**.

OU

6.1. O valor total da contratação é de **R\$ 1.728,18 (mil, setecentos e vinte e oito reais e dezoito centavos)**.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, assim como custos referentes à responsabilidade pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer custos adicionais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao (à) servidor (a) ou a comissão designada, que será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

Gestor (a) Titular: **Nome e CPF.**

Gestor (a) substituto (a): **Nome e CPF.**

Fiscal Titular: **Nome e CPF.**

Fiscal substituto (a): **Nome e CPF.**

CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

8.1. O objeto do presente contrato será recebido conforme especificações do Termo de Referência, observado o Art. 140, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE/PR quaisquer custos adicionais.

9.2. Para efeitos de faturamento e pagamento, a medição dos serviços prestados será mensal.

9.3. Observadas as etapas de execução, o quantitativo e o preço, bem como o recebimento definitivo do objeto, os pagamentos observarão a ordem cronológica, que serão efetuados na forma de depósito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 15 (quinze) dias do recebimento definitivo do objeto.

9.4. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ;

9.5. Para a liberação do pagamento, o gestor do contrato encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Coordenadoria de Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

9.6. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

9.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.8. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

9.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE/PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-DI/FGV.

9.10. A Coordenadoria de Finanças fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

9.11. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à contratada quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Os preços fixados neste credenciamento são irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de [XX/XX/XXXX] a [XX/XX/XXXX].

10.2. Os preços fixados neste credenciamento serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação da variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)] acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

10.2.1. Os valores resultantes de reajuste terão efetiva aplicação somente nos Termos de Contrato que se iniciarem após o reajuste, não incidindo em contratos em andamento, uma vez limitados a seis meses de duração.

10.2.2. Os valores resultantes de reajuste terão, sempre, no máximo, quatro casas decimais.

10.3. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, deve ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Efetuar a coleta seletiva interna do material reciclável, evitando sua disposição como rejeito.

11.2. Acondicionar o material reciclável não tóxico em recipientes adequados de acordo com as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, protegido contra intempéries e ações de degradação, até que seja coletado pela cooperativa ou associação.

11.3. Solicitar a qualquer tempo informações acerca da correta destinação dos resíduos recicláveis, inclusive sobre a prestação de contas, com detalhamento de valores e forma de aplicação dos recursos, bem como da documentação referente a contratos/compromissos e/ou parcerias firmados com entidades privadas, associações ou cooperativas, devidamente legalizadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades sociais ou de caráter beneficente.

11.4. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos;

11.5. Proporcionar todas as condições necessárias, para que a CONTRATADA possa cumprir o estabelecido na avença;

11.6. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, além daquelas que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

- 11.7. Fornecer os meios necessários à execução dos serviços objeto do contrato pela CONTRATADA;
- 11.8. Garantir o acesso e a permanência dos cooperados ou associados da CONTRATADA nas dependências da Defensoria Pública durante a execução dos serviços;
- 11.9. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato e na legislação aplicável.
- 11.10. Aplicar à CONTRATADA as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 12.1. Responsabilizar-se pelo recolhimento periódico dos resíduos recicláveis disponibilizados pela DPE/PR e por sua correta destinação após o recolhimento.
- 12.2. Dar destinação social aos recursos oriundos da comercialização dos resíduos recicláveis e a ela destinados, promovendo o desenvolvimento social da entidade e de seus associados ou cooperados.
- 12.3. Utilizar equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública, sendo responsabilidade dos órgãos responsáveis verificar o cumprimento do aqui disposto.
- 12.4. Comunicar, imediatamente e por escrito, ao órgão responsável, a ocorrência de anormalidades no cumprimento rotineiro das obrigações do Termo de Contrato.
- 12.5. Disponibilizar os recursos humanos e materiais considerados indispensáveis ao cumprimento do Termo de Contrato, observados os procedimentos legais e regulamentares pertinentes.
- 12.6. Recolher os resíduos por integrantes da associação ou cooperativa, que deverão estar sempre identificados, uniformizados e utilizando os equipamentos de proteção individual apropriados, devendo ser substituído, imediatamente, qualquer integrante que estiver em desacordo com as orientações do órgão responsável.
- 12.7. Os integrantes da associação ou cooperativa que estiverem envolvidos na tarefa de recolhimento dos resíduos não poderão estar acompanhados de crianças ou demais pessoas estranhas ao serviço.
- 12.8. O horário de recolhimento dos resíduos será estabelecido pela Diretoria de Operações.
- 12.9. Fornecer listagem com o nome e número de identificação dos associados ou cooperados que farão recolhimento do lixo seco, informando quaisquer alterações na listagem.
- 12.10. Realizar a coleta dos resíduos em veículos automotores próprios ou alugados, por suas expensas, devidamente identificado observando-se as orientações do órgão responsável quanto ao estacionamento adequado do veículo, recolhimento correto



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

dos resíduos e permanecer no local apenas o tempo necessário para realizar a coleta de forma responsável e eficiente.

12.11. Apresentar mensalmente à Defensoria Pública do Estado do Paraná a prestação de contas, detalhando os valores arrecadados e a forma de aplicação dos recursos no desenvolvimento social da associação/cooperativa e de seus associados/cooperados.

12.12. Durante a execução do Termo de Contrato, a associação ou cooperativa só poderá deixar de atender a notificação para a realização da coleta dos resíduos recicláveis por até 3 (três) vezes, ao mês, alternada ou consecutivamente, sob pena da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

12.13. Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre este Termo de Contrato.

12.14. A Defensoria Pública do Estado do Paraná não se responsabiliza por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela cooperativa ou associação ou seus associados/cooperados na coleta ou no transporte do material doado.

12.15. Não permitir a participação de terceiros não cooperados ou associados na execução do objeto, ainda que a título gratuito.

12.16. Registrar o peso do material doado em planilha específica, informando-o à Defensoria Pública.

12.17. Zelar pelo asseio e organização no processo de recebimento e transporte do material reciclável, da coleta nas unidades da Defensoria Pública até a entrega para a empresa de reciclagem.

12.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos a terceiros e ao patrimônio da Defensoria Pública decorrentes da conduta dos cooperados ou associados nas dependências do órgão.

12.19. Não utilizar o material doado pela Defensoria Pública em finalidade distinta da estabelecida.

12.20. Não divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O presente contrato poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.00000872-5



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA, caso incorra em infrações cometidas durante o procedimento de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações assumidas por ambas as partes.

16.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 16.2, a extinção ocorrerá apenas na próxima data de aniversário da publicação do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

16.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurados um ou mais motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021. Poderá ser extinto, também, amigavelmente ou por denúncia por qualquer das partes, sem prejuízo, sendo o caso, de apuração de responsabilidade por eventuais prejuízos causados à outra parte.

16.3.1. A extinção do contrato em qualquer hipótese pela Contratante deve assegurar o contraditório e a ampla defesa prévios.

16.3.2. A extinção por denúncia da Contratada, deverá contar com aviso prévio à Contratante com pelo menos 5 dias.

16.3.3. Na ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 16.3, aplicam-se também, no que couber, os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

16.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

16.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.5.3. indenizações e multas.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

16.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

16.7. O contrato poderá ser extinto se vier a ser constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte dotação orçamentária: **XXXX.XX.XXX.XX.XXXX / XX / X.X – ORIGEM / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: XXX – Detalhamento da Fonte. Detalhamento de Despesas: X.X.XX.XX.XX Detalhamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

18.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário, sem prejuízo do disposto na Cláusula “Das Obrigações da Contratada” (validade da comunicação/ato direcionado à CONTRATADA, caso não atualize seus dados informados quando da contratação).

18.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

18.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. Aplicam-se ao presente instrumento as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023 ou a que vier a substituí-la no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná; da Lei nº 13.709/2018; da Deliberação CSDP nº 21/2022; da Lei nº 8.078/1990, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto da contratação, indicadas expressamente ou não no Termo de Referência, e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

19.2. Os diplomas legais e normativos indicados na Cláusula 18.1 aplicam-se especialmente aos casos omissos.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como em seu sítio oficial na internet, em atenção ao disposto no art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 265/2021 ou a que a substituir; no art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011; e na Deliberação CSDP nº 22/2019.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
Defensor Público-Geral do Estado

[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]
[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2025 – Protocolo n.º 24.0.000000872-5